

*A modernização do Arquivo
Nacional: uma análise comparativa
de 1958-1963 e 1980-1986*

Rosale de Mattos Souza

Doutoranda em Ciência da
Informação pela Universidade
Federal do Rio de Janeiro/IBICT.
Arquivista da Universidade Federal
Fluminense e professora
assistente do Departamento de
Estudos e Processos Arquivísticos
da Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro.

Resumo: Este artigo analisa os fatores que contribuíram para o desenvolvimento e modernização do Arquivo Nacional do Brasil, nos períodos de 1958-1963 e 1980-1986, dando ênfase aos modelos administrativos adotados e trajetórias. Analisa os seguintes subtemas: relações do Arquivo Nacional do Brasil com a Administração Pública Federal, do ponto de vista documental, estrutura organizacional, legislação, orçamento, instalações físicas, recursos humanos e tratamento técnico. Da metodologia apresenta-se quadro comparativo das ações desenvolvidas naquelas duas gestões. Constatou-se o início de uma conscientização arquivística no país com a administração do prof. José Honório Rodrigues: a década de 1960, como marco divisório para a administração do Arquivo Nacional, no sentido de dar à instituição um papel mais dinâmico. A administração da dr^a. Celina Moreira Franco, nos anos 1980, procurou alterar a situação do quadro de deficiências institucional, diagnosticada por José Honório Rodrigues.

Palavras-chave: Modernização; Administração Pública Federal; gestão.

**The modernization of the National Archives of Brazil: a comparative analysis
of 1958-1963 and 1980-1986**

Abstract: It analyzes the factors that contributed to the development and modernization of the National Archives of Brazil, in the periods of 1958-1963 and 1980-1986, with emphasis on the administrative models and trajectories. Analyzes sub-themes: relations of the National Archives of Brazil with the Federal Public Administration, the documentary point of view, organizational structure, legislation, budget, facilities, human resources and technical treatment. The methodology presents comparative table

of the actions taken in those two terms. It found the beginning of an archival awareness in the country with Prof. José Honório Rodrigues administration: the 1960, such as dividing mark for the administration of the National Archives, in order to give the institution a more proactive role. The administration of Dr^a. Celina Moreira Franco at the time sought to alter the situation of the institutional deficiencies frame, diagnosed by José Honório Rodrigues.

Keywords: Modernization; Federal Public Administration; management.

1. Introdução¹

O objetivo deste artigo é analisar os fatores que contribuíram para o desenvolvimento de atitudes modernizantes do Arquivo Nacional do Brasil, nos períodos de 1958-1963 e 1980-1986, enfatizando os modelos administrativos adotados e suas trajetórias. Por extensão, analisou-se subtemas, tais como: relações do Arquivo Nacional do Brasil com a Administração Pública Federal do ponto de vista documental, estrutura organizacional, legislação, orçamento, instalações físicas, recursos humanos e tratamento técnico.

O conceito de modernização institucional refere-se a um tema pouco definido dentro da bibliografia pesquisada. Nesta encontram-se os princípios e a conceituação do que seja administração e suas respectivas tipologias, variantes da abordagem clássica da administração. No estudo dessas correntes nota-se a predominância no tocante ao significado da administração e sua relação com a ideia de modernização.

Diante das dificuldades encontradas, no sentido da formulação de um conceito de modernização, buscaram-se noções na Teoria Geral da Administração, deslindar-lhe o conceito. Foram consultados os livros de Idalberto Chiavenato e Fernando C. P. Motta. Podemos conceituar modernização institucional como sendo um processo que encoraja o desenvolvimento institucional, visando à criação de oportunidades, a realização de potenciais, a remoção de obstáculos, verificando-se a adaptação de uma organização qualquer a um contexto socioeconômico, ideológico e tecnológico. Sendo esta organização agente de mudanças e reflexo de outras, sofrendo pressões internas e

¹ Trabalho apresentado no 7º Congresso Brasileiro de Arquivologia, que ocorreu em 1987, fruto do trabalho final do Curso de Especialização em Arranjo, Descrição e Pesquisa em Arquivos Públicos pela Unirio, em 1988.

externas, altera sua composição para poder sobreviver. Desta forma, amplia o seu uso social, o seu alcance e suas dimensões, promovendo a melhoria de sua funcionalidade. Sobretudo no serviço público, possibilita que o cidadão tenha maior acesso aos seus serviços e produtos.

Algumas considerações e hipóteses puderam ser levantadas, tais como o início de uma conscientização arquivística no Brasil com a administração de José Honório Rodrigues: 1) A década de 1960 como marco-divisório para a administração do Arquivo Nacional, no sentido de imprimir à instituição do Brasil um papel mais dinâmico; 2) A proposta de modernização do Arquivo Nacional, a partir dos anos 1980, só foi possível realmente dentro de um processo político mais amplo, sob uma perspectiva de democratização, e inserido na mudança da conjuntura política do país; 3) É possível identificar posturas administrativas comuns às duas gestões, e a concretização de algumas aspirações formam um quadro evolutivo na marcha da instituição; 4) A administração de Celina Moreira Franco procurou alterar a situação do Arquivo Nacional diagnosticada por José Honório Rodrigues, determinando linhas de ação para a reversão do quadro de deficiências institucional; 5) Os períodos de 1958 a 1963 e 1980 a 1986 constituíram-se em momentos de um processo de modernização que ainda continua até os dias atuais.

Quanto à metodologia do trabalho, estabeleceu-se um quadro comparativo das ações que foram desenvolvidas naquelas duas gestões. Procedeu-se também ao levantamento e análise das seguintes fontes de pesquisa: fontes primárias – relatórios, regimentos internos da instituição, palestras de diretores; fontes secundárias – artigos em revistas, publicações do Arquivo Nacional, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional etc.

Este tema reveste-se de importância, pois pressupõe acompanhar o processo de formação e previsão do potencial administrativo da principal instituição arquivística pública brasileira, observando o Arquivo Nacional do Brasil enquanto instituição arquivística de referência para o país. Trata-se de uma tentativa de acréscimo ao conhecimento já existente. Diante dos aspectos anteriormente mencionados, este trabalho poderá contribuir à compreensão do processo que levou a instituição a desenvolver esses dois esforços modernizadores.

2. Breve histórico da evolução do Arquivo Nacional do Brasil

Dentro de um contexto de formação dos estados modernos, e no momento de afirmação da independência nacional, d. Pedro I outorgou a Constituição de 1824, estabelecendo no capítulo IV, artigo 7º, a previsão de um Arquivo Público:

Art. 70. Assignada a lei pelo imperador, referendada pelo Secretario de Estado competente, e sellada com o sello do império, se guardará o original do Archivo Público, e se remeterão os exemplares d'ella impressos a todas as Camaras do Imperio, Tribunaes, e mais lugares, aonde convenha fazer-se publica.

Segundo uma linha tradicional europeia, mais particularmente francesa, de tipo centralizadora, e voltado para o aspecto histórico, viu-se inserido o atual Arquivo Nacional do Brasil, desde a sua criação por regulamento de 2 de janeiro de 1838, designado à época como Arquivo Público do Império. E tendo como objetivos principais o recebimento e a guarda dos documentos oficiais, destacando-se atos do Poder Executivo, os originais das constituições, atos legislativos e adicionais e as correspondências de presidentes das províncias. Subordinado em 1840 à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, iniciou suas atividades contando com o seu primeiro diretor, dr. Cyro de Britto, que reivindicou já em 1848 um prédio adequado às suas instalações, solicitação esta que foi dirigida ao então ministro dos Negócios do Império, o visconde de Monte Alegre (José da Costa Carvalho).

A instituição constituiu-se como depositária da documentação produzida pelo governo desde a sua gênese, guardando o acervo documental da época colonial, do período em que o Brasil foi sede do governo português, de 1808 a 1822. Deve-se considerar também que parte da história das colônias portuguesas na África e na Ásia tem referenciais que permaneceram no Arquivo Nacional brasileiro, acrescentando informações aos arquivos nacionais de Portugal e da Espanha. De acordo com a tradição, era conferido a esse órgão autônomo, porém subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, a autoridade para efetuar o recolhimento da documentação produzida pelo governo e, protegendo-a, dar o apoio necessário às

condutas do Império e de seu governante. Havia, portanto, de certa forma, a centralização do acervo documental do Império brasileiro e de suas informações.

Com o advento da República, passou a Arquivo Público Nacional, sofrendo os reflexos da descentralização geopolítica, fruto do estado federalista. A instituição assumiu a partir de então as funções de órgão centralizador e recolhedor da documentação federal, mantendo-se como instituição conservadora, pautada pelo grande interesse de construção de uma memória nacional.

Em decorrência da precariedade de suas instalações físicas, sempre sujeitas a sinistros, e não comportando a documentação satisfatoriamente, foi transferido cinco vezes para diversos locais, sendo o primeiro na Rua da Guarda Velha, atual Treze de Maio. As transferências se deram nos anos de 1844, 1854, 1870, 1907 e 1985.

Diante do crescimento da máquina estatal e da complexidade dos órgãos criados pelo governo federal a partir dos anos 1930 e 1940, o AN não tinha instalações físicas adequadas no sentido de atender ao volume da documentação, sofrendo reformas no final dos anos 1950. A instituição transferiu-se, por fim, para o conjunto arquitetônico, em estilo Neoclássico, que foi utilizado anteriormente pela Casa da Moeda, à Rua Azeredo Coutinho, nº 77. Essa mudança foi operacionalizada após as necessárias adaptações, concluídas em outubro de 1984, garantindo a transferência para a nova sede a partir de novembro do mesmo ano. Reinaugurado em suas recentes instalações em 3 de janeiro de 1985, empreendeu-se ao processo de continuidade do programa de modernização do AN.

A situação dos arquivos da Administração Pública Federal brasileira pode ser observada como um fenômeno híbrido, ou seja, obedecendo às normas de dois sistemas diferentes e com critérios próprios. Esses sistemas são os do Sistema de Serviços Gerais – SISG, criado em 1975, tendo como órgãos central o Departamento de Administração do Serviço Público – DASP, que coordenava os trabalhos e atividades dos arquivos correntes dos órgãos da administração e autarquias; e o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, instituído em 1978, e cujo órgão central por sua vez era o Arquivo Nacional. Este último sistema abrangia órgãos da Administração Pública Federal diretos e indiretos, com atribuições que diziam respeito aos arquivos intermediários e permanentes. A esta superposição de competências e atribuições pode-se acrescentar ainda a do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, do Ministério da Educação e Cultura. O SPHAN foi criado pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e apresentou as seguintes funções à época: “inventariar, classificar,

tombar, conservar e restaurar monumentos, obras, documentos e demais bens de valor histórico, artístico e arqueológico existentes no país, bem como tombar e proteger o acervo paisagístico do país”.

Apresenta-se de maneira essencial observar o curso dos acontecimentos que influíram no quadro institucional do Arquivo Nacional, e serão assinalados aqueles que de forma direta ou indireta repercutiram na instituição a partir do final da década de 1950 e começo dos anos 1960, com reflexos nos anos 1980 em diante.

3. Modelos de arquivos no exterior que influenciaram o AN

3.1. A estrutura piramidal francesa

Os Arquivos Nacionais de França foram criados com o advento da Revolução Francesa pelo decreto de 12 de setembro de 1790, e foram definidos posteriormente pelo decreto nº 79-1037, de 3 de dezembro de 1979, relativo à competência dos arquivos públicos e cooperação entre as administrações para a recolha, preservação e comunicação de arquivos publiques. Segundo o decreto nº 79-1037, artigo 5º:

Alterado pelo Decreto nº 2006-1828, de 23 de dezembro de 2006 – art. 2 JORF 31 de dezembro de 2006. Alterado pelo Decreto nº 2009-1393, de 11 de novembro de 2009 – s. 8 (VD)

Os Arquivos Nacionais são feitos por todos os departamentos com jurisdição nacional ligado aos arquivos da França. Cabe aos Arquivos Nacionais recolher, classificar, conservar, comunicar e destacar: 1. Os documentos de departamentos do governo central e as autoridades constituídas desde o início; 2. Os documentos de instituições públicas nacionais e outras entidades jurídicas de direito público e entidades de direito privado responsáveis pela gestão de serviços públicos ou missão de serviço público, cuja jurisdição se estende ou é alargado a todo o território francês; 3. Todos os outros documentos que foram ou são atribuídas a eles, ou entregues a título oneroso ou gratuito, temporária ou permanentemente, desde a sua criação.

O modelo francês constituiu-se de forma piramidal e acentuadamente centralizador. Subordinados ao Ministério da Cultura e da Comunicação, a Direção-Geral de Arquivos da França controlou os serviços dos arquivos públicos da administração central e aqueles cujos organismos estiveram em possessões francesas além-mar, ou que ainda se mantenham como tais. Estende-se em competência nos demais âmbitos político-administrativos do país. Somente os documentos produzidos pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores fogem à regra.

Este modelo organizacional apresenta uma hierarquia rígida, cabendo destacar que mesmo os arquivos dos departamentos estão subordinados tecnicamente ao Diretor-Geral dos Arquivos Nacionais e aos seus inspetores-gerais. Porém, não se apresentava enquanto um sistema, pois tende a funcionar como serviços independentes, não havendo uma clara definição do modelo no que tange ao processamento da documentação corrente e intermediária.

3.2. A estrutura sistêmica norte-americana

O modelo norte americano apresenta-se como uma estrutura sistêmica de organização dos arquivos, operando um distanciamento da concepção histórica e centralizadora de alguns países europeus. Este modelo rompe, portanto, com a tradição europeia de arquivos nacionais voltados predominantemente para o aspecto histórico.

O redimensionamento do modelo norte-americano deveu-se a uma reforma administrativa profunda de âmbito nacional, consequência das transformações na política administrativa do governo federal, no sentido de adaptar-se à realidade pós-Segunda Guerra Mundial. A grande responsável pelas mudanças arquivísticas operadas nos Estados Unidos foi a Comissão Hoover, instalada com o objetivo de gerar o controle e estabelecer medidas sobre a documentação produzida pelo governo federal, devendo ocorrer desde a sua produção até a destinação final dos documentos. Entre as mudanças desenvolvidas, houve a transformação do Arquivo Nacional em Arquivo Nacional e Serviços de Arquivo, subordinado diretamente à Presidência da República. Destaca-se a expansão de um sistema de arquivos intermediários de âmbito federal, localizados regionalmente, enquanto uma cadeia de arquivos. O centro pioneiro de arquivamento intermediário foi o de Nova York, inaugurado em 1º de maio de 1950. Acompanharam-no, logo depois, os seus congêneres: os de Washington, São Francisco

e Chicago. Contavam-se naquele período da pesquisa 11 arquivos intermediários, implantados num período de quatro anos.

O registro do *Federal Records Act 50* fixou o conceito de *records management* ou gestão de documentos. O estabelecimento da “Teoria das Três Idades Documentais”, com a conseqüente valorização dos arquivos correntes e intermediários diante dos arquivos históricos, a formulação de uma ideia de um ciclo vital do documento, observando-o desde o surgimento, conforme a sua origem até que finalmente completasse o ciclo, ocorrendo a eliminação ou o encaminhamento ao arquivo histórico.

A todos estes fatores citados acima pode-se acrescentar a tradição federalista e descentralizante dos Estados Unidos, que contribuiu para o desenvolvimento deste modelo. A satisfatória consecução do sistema deveu-se à normatização de técnicas, através do Departamento de Gestão e Informação. Ligado ao NARS ainda pode-se observar: Bibliotecas Presidenciais, Registros Federais, Departamento de Programas Educativos e a Comissão de Arquivos e Publicações. Desta forma, o modelo sistêmico norte-americano caracteriza-se pela descentralização estrutural, otimização dos canais de fluxo documental, economia de espaço, mão de obra e tempo, favorecendo a recuperação da informação em tempo hábil para as tomadas de decisões governamentais, científicas e tecnológicas.

4. Gestão José Honório Rodrigues – 1958-1963

O processo de modernização institucional apresentou-se inicialmente com a gestão do prof. José Honório Rodrigues na Direção-Geral do Arquivo Nacional. Algumas iniciativas destacaram-se.

Durante esta gestão, promoveu-se a vinda de peritos estrangeiros para que avaliassem os problemas e as possíveis soluções a serem dadas no sentido da modernização institucional do Arquivo Nacional. Fizeram parte deste empreendimento os professores Henry Boulier de Branche (chefe do Arquivo Departamental de Sarthe, na França) e Theodore Roosevelt Schellenberg (subdiretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos), que foram unânimes em seus diagnósticos sobre o caráter historicista remanescente do século XIX no Arquivo Nacional.

O prof. Michel Duchein (conservador da Direção dos Arquivos de França) não veio ao Brasil naquela ocasião, mas elaborou um estudo, sobre a necessidade do estabelecimento de melhores relações entre a administração pública e os arquivos, o

qual foi denominado de “a colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos” (DUCHEIN, 1959).

De uma maneira geral, esses *experts* assinalaram que o Arquivo Nacional de um país deve servir primacialmente à administração do governo e aos seus cidadãos, auxiliando-os em seus deveres, obrigações e direitos com os seus respectivos títulos comprobatórios. A uma instituição desta dimensão são destinadas funções de recolhimento, de preservação, conservação, guarda, organização e disseminação de informações de interesse público. Os arquivos nacionais são ao mesmo tempo fonte de informação dos processos, das realizações e das decisões governamentais num enfoque administrativo, como também servem para a história e a identidade nacional.

Os técnicos que aqui vieram destacaram ainda que ao Arquivo Nacional do Brasil não foram consagradas atividades que lhes são inatas, pois foi preterido dentro da hierarquia da Administração Pública Federal, considerado apenas como órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, não detendo autoridade para aplicar normas no campo documental junto aos demais ministérios. Os ministérios, órgãos e departamentos tinham, como até hoje, depósitos próprios, como o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Guerra.

Um exemplo foi fornecido pelo dr. Theodore R. Schellenberg, vice-diretor dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América naquele período:

Existem no governo federal do Brasil três tipos de instituições arquivísticas: a) o Arquivo Nacional, propriamente dito; b) os arquivos ministeriais, como os dos Ministérios da Guerra e das Relações Exteriores; e c) depósitos em outras repartições governamentais, chamados de “arquivos”, mas que na realidade são meros registros ou salas centrais de arquivamento (SCHELLENBERG, 1960).

São citados com grande ênfase nos relatórios desses técnicos os Arquivos Nacionais de países desenvolvidos. Desde a gestão de José Honório, vale ressaltar, se propunha que a posição do Arquivo Nacional do Brasil deveria ser a de instituição arquivística central do governo federal, abrangendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tal não ocorria, pois no tocante ao Poder Executivo era parcial a sua participação, e os demais poderes tinham seus próprios procedimentos e depósitos. Alijado do processo governamental, o Arquivo Nacional não se encontrava, à época,

investido de autoridade necessária ao exercício de suas funções. A uma instituição pública deste porte e significado, a exemplo de outros países mais desenvolvidos, seria necessário um nível de centralização técnica e capacitação administrativa que lhe permitissem estabelecer normas de recolhimento, seleção, eliminação, arranjo e conservação dos documentos federais.

Outras iniciativas merecem destaque, tais como:

1. Reestruturação do órgão com o Regimento de 1958 – a instituição teve seus objetivos e funções mais bem definidos, como promotora da política de arquivos, fixando a defesa e ampliação do recolhimento da documentação de âmbito federal, incluindo material especial como mapas, filmes, fotografias, discos etc.;
2. Embora não aprovado, um anteprojeto de lei para os arquivos foi elaborado pela primeira vez no Brasil, prevendo um sistema e uma política de arquivos no âmbito dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário federais;
3. Por meio das publicações do Arquivo Nacional promoveu-se a divulgação de metodologias da moderna arquivística internacional vindas de técnicos de países como França e EUA;
4. Lançou as bases da divulgação da Arquivologia moderna no Brasil;
5. Ampliou-se o orçamento em 200% no período de 1958 a 1960;
6. Elaborou-se o levantamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de pesquisa, aumentando o número de pesquisadores e usuários e tornando mais acessíveis as informações;
7. Pleiteou-se o melhor funcionamento dos laboratórios de microfilmagem, de restauração e encadernação de documentos, mesmo que de forma rudimentar;
8. Iniciou-se contato com o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) no sentido de melhorar o nível técnico dos funcionários, promovendo cursos internos no Arquivo Nacional, destacando-se o Curso Permanente do Arquivo Nacional, que deu origem ao primeiro curso de Arquivologia do país – o da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UniRio);

9. Em 1960 houve a proposta de revigorar o Arquivo Nacional brasileiro, apresentada em 1962. A instituição seria o polo normatizador nas atividades de arquivo da administração pública do Executivo federal direta e indireta, dos poderes Legislativo e Judiciário, assim como para os estados, territórios, municípios e Distrito Federal.

5. Gestão da dr^a. Celina Vargas do Amaral Peixoto – de 1980 a 1986

O decênio de 1980 recrudesciu o significado e a importância do Arquivo Nacional, quando se observou a preocupação com o desenvolvimento de relações mais estreitas com outros órgãos da Administração Pública Federal. Diversas providências foram direcionadas à modernização institucional na gestão de Celina do Amaral Peixoto, podendo-se destacar as iniciativas a seguir:

1. Viabilizou-se a transferência do Arquivo Nacional para instalações adequadas ao seu porte e importância, tendo sido feita a mudança para o conjunto arquitetônico em estilo Neoclássico onde funcionou a Casa da Moeda, a fim de que se pudesse exercer, entre outras atribuições, a função de recolher a documentação da Administração Pública Federal de valor permanente, favorecendo a preservação do patrimônio documental da nação;
2. Proposta de uma legislação arquivística capaz de fornecer o devido respaldo ao Arquivo Nacional, não só como órgão acumulador, mas também como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos. Procurou-se nesta proposta a integração das três idades do documento e a otimização gerencial dos arquivos dos órgãos da Administração Pública Federal. Uma comissão para a elaboração de um anteprojeto de lei que estabelecesse a integração nacional dos arquivos, sob a égide do Arquivo Nacional, foi formada em setembro de 1980, sendo a proposta encaminhada pelo então presidente da República ao Congresso Nacional em 3 de dezembro de 1984. Promoveu-se então, através de estudos realizados por técnicos e juristas sobre as legislações arquivísticas do exterior, a elaboração de outro anteprojeto de lei relativo à Lei de

Arquivos no Brasil, que chegou a ser publicado no Diário do Congresso Nacional em setembro de 1986;²

3. Houve a contratação de pessoal técnico especializado pelo Ministério da Justiça para o atendimento das demandas do Arquivo Nacional. Na primeira etapa foram absorvidos os técnicos que participaram do convênio com a Fundação Getúlio Vargas, da qual o Arquivo Nacional recebeu cooperação técnica entre julho de 1981 e dezembro de 1983. Outros profissionais foram mobilizados com o patrocínio de órgãos como o então Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia – CNPq. O governo francês e a Unesco possibilitaram o envio ao exterior de técnicos com o intuito de conhecerem tecnologias internacionais, fornecendo novos elementos para o incremento do programa de modernização do órgão;
4. Houve o levantamento da situação dos arquivos dos órgãos da Administração Pública Federal direta e autarquias, localizados na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido realizado entre 1981 e 1983. Diagnosticou-se 124.135 metros lineares de documentos escritos, sendo o mais antigo datado do século XVIII. As instalações físicas da instituição foram consideradas inadequadas para o recolhimento da documentação, e observou-se no levantamento que a maior parte do material era de natureza administrativa (atividade-meio), e não técnica (atividade-fim);
5. Foram realizados contatos do AN com o DASP, o SISG e com a então Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa – SEMOR, que fazia parte da Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN, a fim de buscar uma maior integração com esses órgãos da Administração Pública Federal, que se tornou uma constante para a instituição. Destaca-se que, em setembro de 1983, houve um seminário sobre gestão de documentos com a participação das diretorias, secretarias e representantes dos arquivos dos ministérios e do Gabinete Civil da Presidência da República. Desta forma, iniciou-se o estabelecimento de critérios de destinação documental proveniente desses órgãos, e o empreendimento da gestão documental no país de proporções continentais;

² Anteprojeto este que forneceu as bases para a lei nº 8.159, de 1991 (Lei de Arquivos).

6. Desenvolveu-se o projeto Memória da Administração Pública Federal – MAPA, cuja finalidade básica era a implantação de uma base de dados que recuperasse as informações sobre as estruturas administrativas desde 1930. O projeto foi subsidiado à época pelo Fundo de Financiamentos e Projetos – FINEP;
7. Promoveu-se a vinda de peritos estrangeiros, na busca de detectar problemas e apresentar propostas e soluções institucionais para o Arquivo Nacional;
8. Apresentou-se em caráter informal uma nova estrutura organizacional, visando o incremento das atividades do órgão, com uma proposta de descentralização regional do AN;
9. Promoveu-se a divulgação das experiências metodológicas que foram desenvolvidas na instituição junto às outras instituições arquivísticas, e que possibilitaram a continuidade das publicações técnicas do Arquivo Nacional.

No período de 1982 a 1983, houve um aumento orçamentário de cerca de 270% nas dotações do Arquivo Nacional. Durante a gestão de Celina do Amaral Peixoto, além dos recursos que foram destinados à instituição pelo Orçamento Geral da União, também se obteve recursos financeiros da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. O término dessa gestão aconteceu em 1990, restando fazer o levantamento de dados entre o período de 1987 a 1990.

6. Considerações finais

Observou-se que, de maneira geral, o processo de modernização ocorreu nos Arquivos Nacionais dos países latino-americanos, onde o prisma histórico vinha sendo privilegiado, porém, com perspectivas e sinais de mudança do quadro institucional no final do século XX, passando para um modelo sistêmico.

A realização da pesquisa demonstrou que a administração de José Honório Rodrigues representou o embrião de uma política nacional de arquivos, caracterizando-se pela tentativa de desenvolver os potenciais da instituição na defesa do patrimônio arquivístico nacional. Foi a gestão precursora da moderna arquivística no Brasil, estabelecendo-se como marco divisório da instituição, sendo bastante arrojada para o

seu tempo e procurando imprimir uma direção que alterasse o caráter eminentemente de prospecção histórica. O processo histórico global na década de 1970 não forneceu condições a esta reformulação e modernização.

Entretanto, a década de 1980, coincidindo com o processo de redemocratização do país, lançou novamente a instituição num período de efervescência de ideias e práticas arquivísticas, modeladas às técnicas internacionais, obtendo o reconhecimento internacional pela Unesco como padrão de modernização de arquivos de tipo convencional.

A pesquisa também demonstrou que ambas as gestões foram influenciadas pela Administração por Objetivos (APO), pois os levantamentos da situação do AN levaram às constatações dos mesmos problemas principais: instalações físicas, orçamento, legislação e pessoal. Essa situação determinou linhas de ação e fixaram os resultados que deveriam ser atingidos.

A gestão Celina do Amaral Peixoto apresentou características de outras duas correntes da administração: Teoria do Desenvolvimento Organizacional e Teoria Sistêmica. Na influência exercida pela primeira observou-se o estímulo ao desempenho dos setores, a participação dos grupos de trabalho na instituição, de maneira a torná-la mais eficaz. E quanto aos reflexos da Teoria Sistêmica, constatou-se maior integração entre os setores, permitindo o fluxo de informações dentro da instituição.

A previsão de um anteprojeto de lei elaborado em 1981 sobre a Lei de Arquivos e publicado no Diário do Congresso Nacional estabeleceu a previsão da “Teoria das Três Idades Documentais” e, intrinsecamente, o ciclo vital de documentos, garantindo uma característica fundamental desta teoria administrativa denominada de sistêmica.

O processo de modernização institucional é dinâmico, e a administração do prof. José Honório Rodrigues detonou este processo, que teve uma continuidade na administração da dr^a. Celina do Amaral Peixoto.

A compreensão dessas gestões assinalou o desenvolvimento institucional dentro de posturas modernizantes, num processo de estimulação da entidade arquivística mais importante da nação. Neste sentido, realizaram-se potenciais, removeram alguns obstáculos e criaram oportunidades. Caminhou-se na adaptação do AN a um contexto socioeconômico, ideológico e tecnológico democratizante, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988, possibilitando a melhoria de seus serviços e do seu produto final – a informação.

Algumas abordagens ainda hoje são muito atuais, como a polêmica subordinação do Arquivo Nacional ao Ministério da Justiça (segundo a classe arquivística, estava melhor localizado hierarquicamente na Secretaria da Presidência da República, a fim de conseguir mais sucesso em suas atribuições, principalmente à frente de um Sistema de Gestão de Documentos na Administração Pública Federal e de uma Política Nacional de Arquivos); a atualização da lei nº 8.159, de 1991 (Lei de Arquivos), que se trata de um instrumento legal indispensável para a implementação desta política; a descentralização ou centralização do AN; carência de recursos humanos e concursos públicos; ausência de plano de carreira para os servidores da instituição; carência de orçamento para fazer frente a todos os desafios institucionais; defesa do patrimônio documental da nação; necessidade de maior integração por convênios com o meio acadêmico e as universidades; paralelismo de atribuições com outros órgãos da administração pública; o reconhecimento de acervos privados de interesse público e social; normatização de atividades arquivísticas, entre outros aspectos que envolvem o AN.

Estes dados devem ser retomados numa nova pesquisa que atualize o processo de modernização do Arquivo Nacional no período que vai de 1987 até os dias atuais, mas queremos ressaltar que várias ações desenvolvidas nas gestões que se seguiram tiveram como gênese as gestões modernizantes de José Honório Rodrigues e Celina do Amaral Peixoto, mas não pretendemos de forma alguma esgotar o assunto, que está aberto para novas e profícuas pesquisas no futuro.

Referências bibliográficas

ALMINO, João. *O segredo e a informação: ética e política no espaço público*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS – AAB. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, n. esp. 9, p. 1-20, out. 1981.

BRASIL. Anteprojeto de lei. Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro, 1962. (Datilografado).

BRASIL. Decreto nº 75.657, de 24 de abril de 1975. *A importância da informação e do documento na administração pública brasileira*. In: RELATÓRIO Final da Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental – CEPAD. Brasília, Funcep, 1987. Anexo IV. p. 83-88.

BRASIL. Decreto nº 82.308, de 25 de setembro de 1978. Institui o Sistema Nacional de Arquivos. *A importância da informação e do documento na administração pública brasileira*. In: RELATÓRIO Final da Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental – CEPAD. Brasília, Funcep, 1987. Anexo V, p. 89-94.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais. Ministério da Educação e Cultura, Iphan. Rio de Janeiro, 1976, p. 5-13.

BRASIL. Projeto de lei nº 4.895 – B, de 1984. Diário do Congresso Nacional (Seção 1). Brasília, set. 1986.

CAMPOS, Ana Maria Varela Cascardo et al. Metodologia para diagnóstico de arquivos correntes em organismos da administração pública federal. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 2, p. 14-23, jul.-dez. 1986.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. Rio de Janeiro: Graal Hill do Brasil, 1993.

DUCHEIN, Michel. *A colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

_____. *Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada em los archivos: um estudio del RAMP*. Paris: ONU, 1983.

ESPOSEL, José Pedro. A propósito do Sistema Nacional de Arquivos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 15-16, abr. 1977.

FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. Uma proposta radical de trabalho. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 33-38, 1986.

FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira; BASTOS, Aurélio Wander. Os Arquivos Nacionais: estrutura e legislação. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-28, jan.-jun. 1986.

JAMESON, Samuel et al. *Administração de arquivos e documentação*. Rio de Janeiro: FGV, 1964. v. XII.

JARDIM, José Maria et al. *Manual de levantamento da produção documental*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1986. Publicações Técnicas, n. 44.

JARDIM, José Maria et al. *A importância da informação e do documento na administração pública brasileira*. Relatório final da Comissão Especial de Preservação

do Acervo Documental – CEPAD (aprovado em 24 de março de 1987). Brasília: Funcep, 1987.

MOTTA, Fernando C. P. *Teoria Geral da Administração: uma introdução*. São Paulo: Pioneira, 1986.

RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SILVA, Jaime Antunes da; ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura. Breve notícia sobre a mudança do Arquivo Nacional. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, abr. 1982-ago. 1986.

SOUZA, Rosale de Mattos. *Perspectivas de modernização do Arquivo Nacional do Brasil: uma análise comparativa*. Monografia (Especialização em Arranjo, Descrição e Pesquisa em Arquivos Públicos), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 1987.

VALLETTE, Jean-Jacques. *O papel dos arquivos na administração e na política de planificação nos países em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.